ATA N.º 6/2012

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2012

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de dezoito de Setembro de dois mil e doze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis Urbanos para efeitos das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Contratação a Termo Certo de Pessoal Docente – Actividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Lectivo de 2012/2013.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Eduardo Manuel Dâmaso Frederico, António Domingos Brites Aguiar, Maria da Conceição Manilha Guerra Gomes, Luís Manuel Veiga Calaixo e José António do Nascimento Lopes, que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e quatro membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Deu conhecimento, depois, de dois ofícios recebidos, um do PSD apenas dando conta do recebimento da Moção relativa ao encerramento do Tribunal de S. João da Pesqueira, e outro do PCP informando que com base na Moção enviada pela Assembleia remeteu um ofício à Ministra da Justiça em vinte e seis de junho de dois mil e doze, com o conteúdo aproximado da mesma e onde foram deixadas algumas considerações. Recebeu-se, ainda, um ofício do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local manifestando repudio pela lei da extinção de freguesias. Informou ainda que a Assembleia Municipal de Lamego enviou uma cópia da minuta da ata relativa ao novo Hospital de Lamego e

que a Unidade Técnica da Reorganização Administrativa do Território deu conta da prorrogação do prazo de pronúncia das Assembleias para quinze de outubro de 2012. Todos os ofícios se encontram arquivados e disponíveis para consulta.

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

Começou o senhor Presidente da Assembleia por informar que a Assembleia Distrital de Viseu não reuniu.

Quanto à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, o senhor Silva Fernandes lamentou a desorganização desta mesma. Leu a posição que os representantes da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira assumiram por escrito para entregar na mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, designadamente porque a documentação nunca é disponibilizada com o tempo necessário e legal exigidos. Assim, entregaram na mesa daquela Assembleia uma moção com o conteúdo seguinte:

"Recebida a convocatória para a sétima sessão ordinária desta Assembleia Intermunicipal do Douro – CIMDOURO a dez de setembro de dois mil e doze, não foi acompanhada da respetiva Ordem do Dia , dando-se indicação de que a mesma seria disponibilizada na plataforma eletrónica da Assembleia em doze de setembro de dois mil e doze. Os representantes da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira reuniram pelas catorze e trinta do dia treze de setembro de dois mil e doze para análise e discussão da ordem do dia e preparação da sua participação nesta Assembleia. A verdade é que, até às dezassete horas do dia treze de setembro de dois mil e doze, não foi disponibilizada a Ordem do Dia para esta sessão, impossibilitando, assim, qualquer preparação para a mesma. Entendem, por isso, que a sua presença nesta sétima sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO apenas se justifica pelo respeito que têm pela Instituição Assembleia Intermunicipal do Douro – CIMDOURO, a consideração que lhes merecem os Órgãos Autárquicos e a população de Armamar – Anfitriões desta sessão e o seu dever de consciência de cidadãos responsáveis. Assim declaram que não intervirão na discussão de qualquer dos pontos da ordem do dia, nem participarão na sua votação."

O senhor Presidente da Mesa referiu que a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal será realizada em S. João da Pesqueira e apelou à presença, pelo que oportunamente dará conhecimento da data da mesma.

Quanto à Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira, o senhor Presidente da Mesa disse que foi informado pelo senhor Arquiteto Coordenador de que ainda se encontra na fase de elaboração e de estudo da cartografia, fase inicial de análise. Prevê-se, segundo as informações que solicitou, que a revisão do PDM esteja concluída em Março de 2013.

Pela Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios disse o senhor António Balça não ter reunido.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos informou que a Comissão da Proteção Civil não reuniu.

Quanto ao Conselho cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes informou que não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou que este também não reuniu.

Relativamente ao Conselho Municipal da Educação, o senhor António Augusto Vicente informou que desde a última sessão não existiu nova reunião.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins informou que era sua pretensão que o representante da Segurança Social Local estivesse hoje presente na nossa Assembleia, mas nesta impossibilidade, deixava uma informação relativa ao Plano de Ação dos Núcleos de Inserção. Assim, disse que no Castanheiro do Sul são acompanhadas dez famílias e foram anuladas três, passam e ter sete; Ervedosa do Douro, tinha dezanove, foram anuladas dez, passa a ter nove; Riodades tinha dezanove, foram anuladas nove, fica com dez; S. João da Pesqueira tinha vinte e cinco, foram anuladas treze, ficaram doze; Nagoselo tinha três, foi anulada uma, ficou com duas; Soutelo tinha sete, foram anuladas três, ficaram quatro; Paredes da Beira tinha nove, foram anuladas seis, fcou com três; Pereiros tinha três, foi anulada uma, ficaram duas; Trevões tinha oito, foram anuladas seis, ficaram duas; Várzea de Trevões tinha cinco, foram anuladas três, ficaram duas; Vilarouco tinha duas, foi anulada uma, ficou com uma; Valongo dos Azeites tinha três e mantém o mesmo número de famílias acompanhadas; Vale de Figueira tinha oito, foram anuladas quatro, ficaram quatro; Espinhosa tinha três e foram anuladas as três ficando sem nenhuma. Ao todo eram cento e vinte e quatro famílias com acompanhamento e neste momento são apenas sessenta e uma, pois foram anuladas sessenta e três. Disse ainda que lhe pediram para informar que com a entrada em vigor do Decreto Lei n.º 133/2012, são necessários mais documentos para os requerentes do RSI, alguns dos quais a ser passados pelos Presidentes da Junta. Deve ser passado um atestado de residência aos interessados, no qual deve constar: Elementos que fazem parte da família (que vivam em economia comum); Área de residência; O tempo em que residem na freguesia em causa. Apelou ainda aos senhores Presidentes de Junta que, casos tenham conhecimento de pessoas em situação de carência económica ou que vivam em habitações sem condições, denunciem estes casos e os encaminhem para os diferentes serviços.

De seguida o senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre o conteúdo das atas das reuniões anteriores.

O senhor Fernando Pereira referiu que o seu nome aparecia de maneira diferente, que devia ser uniformizado em todas. O senhor Silva Fernandes lembrou que não foi colocada, por completo, a sua intervenção, na ata de seis de julho.
Assim, com a correção destes pontos, foram as atas, de forma individual, postas à votação – atas número três, quatro e cinco – tendo todas sido aprovadas por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Silva Fernandes, depois de pedir a palavra, iniciou a sua intervenção dizendo primeiro que o documento da Reorganização da Região Demarcada do Douro apresentado pela CIMDOURO requeria uma reflexão ponderada. Depois referiu-se à manifestação feita à senhora Ministra da Agricultura quando veio ao Douro e o slogan "O Douro é nosso". Refere, ainda, a extinção da Fundação do Museu do Douro e a Fundação Côa Parque, devendo-nos interrogar porque se extinguem a Fundação do Douro e a Fundação do Côa. Que não faz sentido que um concelho do Douro traga Chineses para tentar vender não sei o quê e o concelho ao lado vá à China para tentar vender não sei o quê. Mencionou uma frase conhecida "Não perguntes o que te pode dar o teu país, responde o que podes fazer pelo teu país" frase de John Kennedy. É necessário um plano estratégico para o desenvolvimento deste concelho. Há quatro vetores fundamentais para o desenvolvimento deste concelho: a agricultura, a Educação, o Património e o Turismo. A agricultura como recurso endógeno, com particular incidência nos pequenos e médios agricultores e não viticultores, com participação ativa da Câmara nas cooperativas, forçando-as a ganhar dimensão e a criar cinergias. Referiu o projeto que lançou há oito anos, que ainda não conseguiu cocretizar e que anda a debater há tanto tempo, como as Cooperativas ganharem dimensão e as Câmaras participarem nesta organização e dinamizarem a agricultura. Fez alusão aos concelhos de Armamar e Moimenta que fizeram a fusão das suas cooperativas, o Alentejo está a fazer o mesmo com a participação das Câmaras, com a intervenção da Cooperativa António Sérgio. Na Educação, os municípios irão assumir cada vez mais responsabilidades nesta área, com o reforço e qualificação do ensino Profissional, sobretudo pela via da procura e não da oferta e com a implementação pelas escolas de contratos de Associação. Não devemos ter medo de assumir que se queremos ser um concelho agrícola a Escola Profissional tem que ter cursos agrícolas, o concelho de Tondela deu o exemplo. O Património Material e Imaterial, Paisagístico, Cultural e Religioso, sendo o maior património existente o da Igreja. O Turismo com forte apoio nos e aos privados em regime de colaboração, parceria ou contratualização de serviços. As entidades locais e municipais devem tentar fazer parcerias ou contratualizar serviços a privados que de uma forma ou de outra possam de uma forma mais produtiva prestar alguns serviços.

Disse, ainda, que a proposta democraticamente aprovada por esta Assembleia sobre a Reorganização Administrativa das Freguesias, foi, na sua opinião, um mau serviço prestado ao concelho e ao país e que o futuro se encarregará de demonstrar. Neste momento devemos refletir já sobre a reorganização do municípios, pois era por aqui que se devia começar. Referiu, depois, que quando se olha para a administração central e local deste país encontramos três governos, um no continente e dois nas ilhas, trezentos e trinta e três deputados, duzentos e trinta no continente e cento e três nas ilhas, trezentas e oito câmaras, quatro mil duzentas e cinquenta e nove freguesias, mil setecentos e setenta vereadores, trinta mil viaturas oficiais, quarenta mil associações e fundações, mil duzentos e oitenta e quatro serviços e institutos públicos. Somos um país demasiado pequeno para tanta gente. Os municípios têm que ser valorizados. Citou Sá Carneiro que dizia "O que eu quero é que o meu país tenha presente para os velhos e futuro para os novos".

O Senhor Vladimiro da Silva referiu que a intervenção do senhor Silva Fernandes foi de extrema importância e que a mesma deveria ser apresentada na íntegra e que merecia profunda reflexão. Fez referência à comunicação feita à Assembleia pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, onde fazia observações relativas ao trabalho efetuado no âmbito da discussão da Reforma Admistrativa totalmente intoleráveis, insultando toda e qualquer pessoa que tenha feito parte do mesmo. Disse que, na sua opinião, o senhor Presidente deveria ter devolvido a carta por imprópria. As pessoas não são obrigadas a concordar com todos, mas isso deve ser feito com educação. Devemos saber respeitar os outros. Mostrou a sua preocupação perante a falta de civismo a que se assiste nos dias de hoje. De seguida dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara fazendo referência a uma ata da Câmara que foi aprovada por voto de qualidade, o que nunca tinha visto, pois uma ata é um documento que reproduz o que aconteceu na reunião. Das duas uma, ou reproduz ou não reproduz, ou é verdadeiro ou é falso. Chegar-se a um ponto em que uma ata tem que ser aprovada por um voto de qualidade, coloca a questão de quem é que faltou à verdade. Onde está a verdade daquela ata, interrogou. Pensa que se há razões para se pensar que uma ata não está correta se deve votar contra, caso contrário vota a favor. Nesta ata um Vereador que não esteve presente votou contra. Fez ainda referência a um caso de que teve conhecimento, em que o vereador José Vitor, na presença do senhor Presidente da Câmara, perante um empreiteiro, desqualificou o senhor Presidente da Câmara. Ele não tinha mandato para o desqualificar. Como é possível que isto possa acontecer, refletiu. Há erros que devem ser corrigidos. O senhor Presidente, apesar de ser uma pessoa bondosa, como todos o conhecemos, deve assumir sempre a função de Presidente. Disse também que teve conhecimento que a televisão portuguesa pretendia fazer um programa, de graça, sobre o concelho e que foi recusado, isso iria promover e dar mais notoriedade ao concelho de S. João da Pesqueira que a Vindouro. Recordou ainda que, no anterior mandato, a Assembleia e

a Câmara, por unanimidade reconheceram o mérito do anterior senhor Presidente da Câmara João do Nascimento Costa, que foi homenageado e deram o seu nome ao Cineteatro. Disse que era justo que a Câmara Municipal propusesse à Assembleia que se atribuísse o nome do Engenheiro António Lima Costa à Biblioteca Municipal, devido ao seu trabalho feito nos dezasseis anos em que esteve à frente do concelho.

O senhor Fernando Pereira referiu a intervenção do senhor Silva Fernandes, dizendo que a mesma devia ser ponderada, pois foi de extrema importância. Quanto à fusão das cooperativas disse que a realidade é que as mesmas estão falidas. Não se devem fundir cooperativas falidas. O primeiro passo antes da fusão seria extinguir e retirar quem as governa. Referiu, depois, outra situação, dizendo que o Douro tem um ponto em comum, o vinho e o rio, fundamentalmente. O concelho de S. João da Pesqueira através da Vindouro projetou ou tentou projetar o seu nome e o seu produto para além das nossas fronteiras. Depois, referiu-se à intervenção do senhor Vladimiro da Silva relativamente à ata do Município, dizendo que seria importante perceber que quem vota contra defende o voto contra, quem vota a favor defende o voto a favor e quem se abstém defende essa abstenção. Há que respeitar esta abstenção e numa situação de empate, o voto de qualidade vai ter que fazer a diferença. Disse, que as discussões que dão origem a estas intervenções não deveriam ser chamadas para esta Assembleia, pois são de cariz interno da Câmara.

O senhor António Balça, relativamente às carências das freguesias, solicitou, uma vez mais, ao Executivo a intervençõa relativamente à comunidade cigana do Castanheiro do Sul, a possibilidade de se poder consertar esta situação que não dignifica nada a sua freguesia. Referiu-se também à reorganização das freguesias dizendo que foi prestado um péssimo serviço ao concelho, o que, no seu ponto de vista, foi contra os interesses da população. Disse, ainda, que foi no pressuposto do progresso que desencadeou uma união com outra freguesia. Referiu que convidou o senhor Presidente da Câmara para uma reunião na sua freguesia, mas que lhe foi enviado um mail a dizer que não ia estar presente. Mais grave, referiu e lamentou que esse email de que só os dois tinham conhecimento tivesse sido disponibilizado a alguém que o divulgou no café.

O senhor Joaquim Monteiro iniciou a sua intervenção referindo-se aos problemas dos viticultores do Douro, dizendo que houve quebra de produção e que se sabe que os preços vão baixar, assim como o rendimento que vai ser inferior ao do ano passado. É um assunto de grande preocupação para todos. O Executivo deve agir. Na sua opinião, a Câmara e a Caixa Agrícola devem dar o primeiro passo para que as adegas que existem no concelho, a adega de S. João da Pesqueira e a adega de Trevões, sejam o motor de desenvolvimento da agricultura no nosso concelho. A solução dos agricultores passa por uma melhor organização das adegas, que sejam o polo do desenvolvimento e nos ajudem nesta situação tão aflitiva em que nos encontramos. Quanto ao Plano para 2013, disse que estamos a um ano de terminar o

mandato e a um mês e pouco de ser aprovado o Plano de Atividades e que gostaria de deixar uma recomendação ao Executivo, a de que não acontecesse o mesmo que no ano anterior onde quase obrigaram os Presidentes de Junta a votar contra o Plano. O bolo tem sido mal distribuído ao longo dos anos. Devem ter em atenção no Plano de Atividades do próximo ano que os Presidentes da Junta tomem parte ativa na distribuição, deve haver justiça na mesma. Quanto à Reorganização Administrativa, referiu que o concelho perdeu com o que foi aprovado e que não entende porque Paredes e Trevões não apresentaram proposta. Disse ainda que estava à disposição do Executivo para que, no próximo ano, possam concluir o que têm vindo a discutir para a sua freguesia, coisas de pouca verba.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir a seca que se viveu na região do Douro até agora. O Executivo tem essa preocupação, nomeadamente no que diz respeito ao eixo Pesqueira, Foz Côa e Meda. Estamos a ser fornecidos pela barragem de Ranhados. Têm-se feito várias reuniões e a última foi preocupante, pois foi dito que se não chovesse, a partir de agosto haveria água nos três concelhos apenas para três semanas e que em novembro já não se iria ter água. Informou sobre o que tem sido feito para colmatar esta situação. Foram distribuídos panfletos através dos CTT sensibilizando as pessoas para o racionamento de água, as regas, a nível de autarquia são feitas através de captações de água o que reduziu o gasto em mais de cinquenta por cento. Numa segunda fase apelar através das rádios locais e numa terceira fase a exploração de novos furos para captação de água a montante da albufeira, para ser automaticamente tratada. Numa fase intermédia, aumentar temporariamente as tarifas de água para que as pessoas controlassem o excesso de consumo. Em último caso seria o transporte de águas entre barragens. Quanto à intervenção do senhor Vladimiro da Silva disse que, por vezes, não basta ouvir falar, mas saber em que contexto as coisas foram ditas. Que há uma abertura e confiança entre os elementos do Executivo. As coisas devem ser resolvidas no momento próprio e não com conflitos. É a sua maneira de estar na vida e pensa que não há exacerbação de poder. Relativamente à situação dos ciganos, no Castanheiro, disse que este assunto tem que ser resolvido em conjunto com a Junta e a Câmara, pois também tem interesse que esta situação se resolva. Quanto à situação das freguesias, disse que se o Castanheiro se queria agregar a Ervedosa, deveria mostrar a sua pretensão no local onde o assunto deveria ser tratado, a Assembleia Municipal. Se o trabalho estava concluído entendia que não devia ir à reunião outra pretensão. Informou que esteve, esta semana, em várias reuniões com Presidentes de Câmara, mas que alguns ainda não tinham apresentado o trabalho e que a informação que lhes foi dada foi que a nossa estava resolvida e que os que não

apresentassem o trabalho, a partir de quinze de outubro seria tudo feito a régua e esquadro. Relativamente à intervenção do senhor Monteiro disse que também é sua preocupação a situação do Douro. Que não são as Câmaras que vão resolver o problema, as cooperativas devem ser entidades profissionalizadas. É da opinião que as cooperativas significam uma grande parte na ajuda dos viticultores do Douro, mas é necessário alguém que dinamize e profissionalize as mesmas. No Douro todas as adegas dão lucro e quase todas as cooperativas estão na falência. Reforçou que a Vindouro é uma tentativa de dinamização e de ajuda, mas que não é a solução, é uma gota no oceano para ajudar os agricultores do Douro. Não pode ser a Câmara a fazer tudo. Foi feito o contacto com o grupo dos chineses, conseguiu-se colocar lá o contentor que eles compraram. Houve uma abertura por parte da senhora Comendadora para irem fazer a exposição com os preços mais acessíveis. A Câmara deve tentar ajudar as cooperativas nas propostas que forem apresentadas, não pode fazer tudo. Relativamente ao orçamento, o mesmo não foi tão banalizado como foi sugerido. O que se combinou com todos os Presidentes de Junta foi cumprido. Dada a especificidade do Orçamento de Estado foram obrigados a fazer algumas alterações.

O senhor Fernando Pereira pediu a palavra para fazer referência à intervenção do senhor Joaquim Monteiro sobre a tomada de decisão da Assembleia sobre a reorganização das freguesias por maioria, o que tem que ser aceite, mesmo não se concordando. Disse que a proposta apresentada pela bancada do PSD procurou corrigir estas situações e que tinha sido um dos maiores defensores dessa proposta. Todos estão aqui para tentar fazer o melhor trabalho, mas deve haver coerência nas opiniões e decisões. Referiu que na Assembleia do dia seis ficou bem definido que ninguém pretendia a agregação das freguesias e questiona como é que posteriormente à tomada de decisão, boa ou má, se procuram tomar iniciativas no sentido da agregação de novas freguesias.

O senhor Vladimiro da Silva disse que não está no PSD o monopólio da melhor solução, por isso é que o legislador colocou a decisão na Assembleia Municipal. O que foi feito foi uma solução que não tem de se esgotar aqui necessariamente. A respeito de Várzea de Trevões, Espinhosa, Pereiros e Valongo a Assembleia decidiu, mas sobre as outras não se decidiu nada, por isso nada impede que até quinze de outubro possam aparecer outras soluções com base noutras freguesias, o que é perfeitamente legítimo. Relativamente à Vindouro disse que lhe chamaram à atenção para a dimensão da China. Devido à sua dimensão todos os negócios têm que ser em grandes dimensões. Será que os nossos produtores têm dimensão para responder a um pedido sério de empreendedores chineses, perguntou. Vamos ter representantes de quê e de quem na China, questionou.

O senhor António Balça referiu mais uma vez que lamentava a não comparência do senhor Presidente da Câmara na reunião da sua freguesia. Disse que estava de

acordo com o senhor Joaquim Monteiro de que a lógica natural era que Várzea se unisse a Trevões, o que territorialmente seria mais benéfico para o concelho.

O senhor Joaquim Monteiro reforçou que até quinze de outubro ainda podem aparecer outras propostas. Em relação ao Castanheiro, o Presidente da Junta, disse, está a fazer o trabalho dele.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi através do Governo de Macau que foram feitas as deligências e que existe todo este trabalho através da Vindouro. Que um dos visitantes que quis ver quintas ficou encantado. A ideia que ficou é que a relação comercial entre os importadores e engarrafadores exportadores foi frutífera. O que dá garantias é que quer o senhor Secretário de Estado quer a senhora Comendadora do Governo de Macau estiveram a acompanhar o processo.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Vladimiro da Silva elogiando o papel do município pelas atividades que desenvolveu em prol da juventude. De seguida pediu esclarecimentos sobre a oferta de livros e refeições do Jardim de Infância, se é para todos ou só para os mais carenciados.

O senhor António Balça questionou o Executivo sobre a recuperação de muros, perguntando se foi alargado a todas as Juntas ou se apenas para as que o tinham solicitado.

O senhor Luís Pereira referiu-se a uma obra em Soutelo do Douro, no lugar do Pombal, que está parada há muito tempo, onde foi adquirido um terreno que teria como destino aquisição pública. Que os trabalhos que foram ali realizados ou foram mal feitos ou ficaram incompletos, pois em dias de chuva quem passa por baixo cai-lhe a água toda em cima, questionando o Executivo sobre a situação da mesma. Propôs que, atendendo a que por vezes no período antes da ordem do dia possam haver intervenções de grande qualidade e que se perde se não se puder intervir por não se estar inscrito, haja possibilidade de falar face às intervenções dos deputados ou de respostas do senhor Presidente.

O senhor Vitor Monteiro relativamente à Vindouro, diz que este ano teve mais alguma dinamização que em anos transatos. Porém, considera que nesta altura a Vindouro não é um investimento mas um gasto.

O senhor António Bastos disse que não tinha conhecimento quanto à distribuição de livros para o primeiro ciclo. Pediu esclarecimentos sobre este assunto. Relativamente à rotunda da entrada da Pesqueira disse achar que estava muito bonita, mas deveria ter algum elemento alusivo à região. Por exemplo uma estátua com os homens a carregar o cesto da vindima. Quanto à recuperação dos muros agradeceu a forma como o Município se disponibilizou para assinatura do protocolo, mas alertou que talvez não seja o protocolo mais adequado atendendo às necessidades verificadas em cada situação. Quanto à limpeza das bermas da estrada, alertou para as valetas que com as chuvas e trovoadas ficaram submersas em lama.

O senhor Fernando Pereira felicitou o Executivo pela preocupação no apoio social, oferta de livros e refeições, pela preocupação com a juventude, proporcionando aos jovens oportunidades para ocuparem os seus tempos livres. Também elogiou a atuação quanto à Vindouro, que não teve só o impacto muito positivo relativamente à vinda de entidades externas, de forma a dinamizar o nosso comércio, mas também pela iniciativa que tomaram na divulgação deste evento via internet e facebook. Houve um impacto extremamente importante.

De seguida o senhor Presidente da Câmara informou que a oferta de livros é extensiva a todos os alunos do primeiro ciclo, sendo disponibilizada uma verba de dez mil euros. Está a ser feito um trabalho em conjunto com as escolas, os alunos que já os adquiriram apresentam a fatura e recebem o cheque com a respetiva importância. Quanto ao protocolo da recuperação de muros este foi assinado por todos os Presidentes de Junta. Quanto à situação da obra de Soutelo do Douro mencionada pelo senhor Luís Pereira informou que era da competência da Junta de Freguesia, mas que estavam a tentar resolver o problema juntamente com a mesma. Relativamente à Vindouro estão a tentar mudar um pouco este evento, tendo começado já pelo nome – Festa Pombalina, tentando pôr a Vindouro ligada aos vinhos e turismo. Tentou-se profissionalizar, fazendo mais e melhor. Quanto à vegetação, solicitou aos senhores Presidentes da Junta para que alertassem dos problemas nas suas freguesias. Relativamente à vinda da R.T.P ao nosso concelho, diz que foi feito o convite através do facebook, mas recusaram. Nas vésperas da Vindouro queriam vir, mas já não havia tempo para organizar a sua vinda.

O senhor Vladimiro da Silva disse que se deve divulgar o que se faz não é ganhar louros, mas projetar a terra. Referiu ainda que concorda com a distribuição gratuíta dos livros, mas que deveriam ser devolvidos no final do ano letivo.

O senhor Luís Pereira agradeceu o esclarecimento do senhor Presidente da Câmara em relação à responsabilidade da obra de Soutelo. Apelou a que a Câmara pudesse ajudar a Junta a levar a cabo esta obra, pois esta não tem condições financeiras para terminar a mesma com a qualidade necessária. Realçou que tudo o que acontece de bom no Município é da responsabilidade do senhor Presidente da

Câmara e tudo o que acontece de mau é igualmente da responsabilidade do senhor Presidente. Mesmo delegando responsabilidades aos senhores vereadores, o mérito do que acontece de bom ou de mau é sempre da responsabilidade do senhor Presidente.

O senhor António Bastos disse que deveria ter havido informação sobre a oferta dos livros. Alertou ainda para que a distribuição dos cheques fosse feita antes de Abril por motivos de IRS.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a devolução do valor dos livros foi decidida mesmo no início do ano, mas vai ser feita uma reunião em cada Centro Escolar com os professores para se resolver como vai ser processado o pagamento.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis Urbanos para efeitos das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro;

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, atendendo às dificuldades financeiras das pessoas e dado o valor em causa, cerca de cem mil euros, acharam que seria importante baixar o valor do IMI. Este dinheiro é um valor que entra no bolo geral e é repartido pelo concelho.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor o senhor Joaquim Monteiro que deu os parabéns ao Executivo pela proposta.

O senhor Fernando Pereira felicitou igualmente o Executivo sobre esta medida, pois abdicar de cem mil euros é claramente uma imagem para que os jovens possam estar mais descansados. São estas iniciativas que promovem a fixação.

O senhor António Bastos congratulou-se com esta medida que alivia um pouco o orçamento das famílias.

O senhor Vitor Monteiro disse que desde que faz parte desta Assembleia a bancada do PS se tem debatido com a redução desta taxa. Deu os parabéns ao Executivo por esta iniciativa, pelo que, pela primeira vez ao longo destes anos como deputado do PS, iria votar favoravelmente.

O senhor Vladimiro da Silva disse que a redução da receita é de cem mil euros, mas que deveria ser dito o que se iria alterar com esta redução, o que se vai afetar. Referiu ainda que a Câmara não se debruçou sobre um assunto e que o deveria fazer, ou seja, onde houver áreas de intervenção especial para recuperar a situação de construção ou de situação de pressão económica é possível beneficiar de uma outra taxa menos gravosa.

O senhor Presidente da Câmara congratulou-se com as palavras de incentivo. Disse que talvez para o ano não se possa fazer o mesmo. Provavelmente este valor só se vai refletir em dois mil e treze, mas este dinheiro faz falta. Este ano não tem havido

tantas despesa nos arranjos de muros, pois não houve tantas intempéries, por isso já não se gasta tanto para compensar estes cem mil euros. Disse ainda que estão isento do pagamento de IMI durante seis anos os casais jovens.

Posto o documento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Contratação a Termo Certo de Pessoal Docente – Actividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Lecivo de 2012/2013.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que relativamente às AECs, e como tem acontecido em anos anteriores, há uma determinação governamental que obriga a que a contratação de professores sem vínculo seja aprovada em Assembleia Municipal.

O senhor Vladimiro da Silva questionou o Executivo sobre se a Câmara recebia do estado alguma verba para estas contratações e se os contratos eram anuais.

O senhor Presidente da Câmara informou que estas verbas são do orçamento camarário e que eram anuais .

Passou-se à votação da proposta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3 a fim de terem desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Eduardo Frederico, António Brites Aguiar, José António Lopes, Maria Conceição Gomes e Luís Calaixo por não terem estado presentes naquela sessão.